
Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação (FCSAC)

Regulamento de Estágio – Curso de Jornalismo

Currículo Jorn2018/Jorn2022

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
CURSO DE JORNALISMO

CAPÍTULO I

Da Origem, Definição e Finalidades

Artigo 1º - O Estágio Supervisionado é matéria constante do Currículo Pleno do Curso de Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSAC) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Como matéria é regida por este Regulamento e pelos regimentos da UNIVAP e da FCSAC, no que couber.

Artigo 2º - O Estágio Supervisionado tem por finalidade:

1. Complementar a formação profissional do aluno;
2. Propiciar ao aluno a oportunidade de aprimorar a utilização de conhecimentos teóricos, práticos e metodológicos.

Artigo 3º - O Estágio Supervisionado poderá ser realizado de uma das três formas seguintes:

1. Como estagiário em empresa legalmente constituída e ativa;
2. Como funcionário de empresa legalmente constituída e ativa, desde que exerça funções comunicacionais;
3. Como proprietário de empresa comunicacional/veículo legalmente constituída(o) e ativa(o).

CAPÍTULO II

Da organização

Artigo 4º - A Coordenadoria de Estágio do Curso de Jornalismo (CEJO), da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCSAC), da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), é o órgão coordenador e executor do Estágio Supervisionado do Curso de Jornalismo, sendo este estágio obrigatório ou não.

Artigo 5º - A CEJO será dirigida por um professor do Curso de Jornalismo indicado pelo Coordenador do Curso de jornalismo ou o próprio e aprovado pela Congregação da FCSAC.

Artigo 6º - A CEJO poderá agregar à sua organização outros profissionais que se fizerem necessários conforme solicitação do seu Coordenador e aprovação pela Congregação da FCSAC.

Artigo 7º - A Coordenadoria de Estágio do Curso de Jornalismo fica responsável para agendar uma data ao final de cada semestre para a entrega da Ficha de Avaliação do Estágio, que será divulgada com antecedência para os alunos.

Artigo 8º - O aluno poderá solicitar no início de cada semestre, a Antecipação da Disciplina, Via Tudo Aqui, para cursar o Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO III

Da validade, duração e aproveitamento

Seção 1

Na Forma de Estagiário em Empresa Legalmente Constituída e Ativa

Artigo 9º - O estágio deverá ser realizado nas séries e com o mínimo de carga horária conforme estabelecidos no Currículo Pleno do Curso de Jornalismo.

Parágrafo Único - O período mínimo para integralização do estágio supervisionado será de 3 (três) meses e 2 (duas) semanas, porém, em caráter excepcional e sob aprovação do

Coordenador de Estágio e NDE, este período poderá ser diminuído para um mínimo de 2 (dois) meses.

Artigo 10º - O Estágio Supervisionado só terá validade se, após ter sido definido e assinado o seu Plano de Estágio, sua Ficha de Avaliação in Loco e o seu início for aprovado pelo Coordenador do Estágio Supervisionado e assinado pelo Diretor da FCSAC.

Parágrafo Único - No caso em que ocorra a interrupção do estágio, o seu reinício também terá que ser feito de acordo com este artigo.

Artigo 11º - O total de horas mínimo exigido deve ser integralizado no máximo até o último dia letivo do ano, conforme definido no Calendário Escolar da UNIVAP. No caso de interrupção do estágio deverá ser realizada, para efeito de integralização, a carga horária faltante a qual também deverá ser completada até o último dia letivo conforme definido no Calendário Escolar da UNIVAP.

Artigo 12º - O aluno será avaliado semestralmente, conforme definido no seu Plano de Estágio Supervisionado e mediante produção e entrega de sua Ficha de Avaliação do Estágio, contendo:

- 1) Nome de Estagiário;
- 2) Dados de identificação da Empresa;
- 3) Nome do Supervisor de Estágio in loco;
- 4) Período avaliado e horas relativas a este período;
- 5) Quesitos a serem avaliados e pontuados (ver modelo na secretaria da faculdade).

Artigo 13º - O aluno será considerado aprovado no estágio quando cumprida a carga horária em conformidade com o artigo número 7 (sete), documentada através dos Contratos e das Fichas de Avaliação do Estagiário, obtiver média aritmética geral, igual ou superior a 7,0 (sete).

Parágrafo Único - O aluno será considerado reprovado no Estágio Supervisionado, devendo desenvolvê-lo no período letivo seguinte em regime de dependência, caso obtenha média aritmética geral, calculada em função das notas registradas nas Fichas de Avaliação do Estagiário, menor do que 7,0 (sete) ou totalize carga horária inferior à estabelecida no artigo número 7 (sete).

Seção 2

Na Forma de Funcionário de Empresa Legalmente Constituída e Ativa

Artigo 14º – Poderá ser considerado como tendo cumprido os requisitos do Estágio Supervisionado o aluno que estiver legalmente contratado e que esteja exercendo funções comunicacionais (segundo o **DECRETO Nº 83.284, DE 13 DE MARÇO DE 1979**) há pelo menos 6 (seis) meses, contados até a data da entrega dos documentos relacionados no parágrafo Único abaixo e de acordo com o artigo número 9 (nove).

Parágrafo Único – Neste caso o aluno funcionário deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Cópia da Carteira de Trabalho das páginas de Identificação do Trabalhador e do Registro do Contrato de Trabalho;
2. Documento oficial da empresa contratante contendo a Identificação da Empresa e do Empregado, a descrição do cargo e detalhamento das funções e atividades exercidas.
3. Relatório de Atividades Desenvolvidas;
4. Ficha de Avaliação do desempenho do funcionário;

Artigo 15º - O Coordenador de Estágio Supervisionado, mediante a análise dos documentos acima, decidirá quanto a equivalência das atividades, liberando ou não o aluno do Estágio Supervisionado propriamente dito.

Parágrafo Único – Reserva-se o direito ao Coordenador de Estágio Supervisionado de solicitar qualquer outro documento que seja necessário para a complementação deste processo.

Artigo 16º - O aluno será considerado aprovado no Estágio Supervisionado quando cumprido os requisitos dos artigos 12 e 13 e receberá nota igual a 7,0 (sete).

Seção 3

Na Forma de Proprietário de Empresa Legalmente Constituída e Ativa

Artigo 17º – Poderá ser considerado como tendo cumprido os requisitos do Estágio Supervisionado o aluno que for proprietário de empresa legalmente constituída e ativa há pelo menos 6 (seis) meses, contados até a data da entrega dos documentos relacionados no parágrafo Único abaixo e de acordo com o artigo número 9 (nove).

Parágrafo Único – Neste caso o aluno proprietário deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Cópia do Contrato Social da Empresa;
2. Comprovante do Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ);
3. Comprovante da Inscrição Municipal.
4. Relatório de Atividades Desenvolvidas;

Artigo 18º - O Coordenador de Estágio Supervisionado, mediante a análise dos documentos acima, decidirá quanto a equivalência das atividades, liberando ou não o aluno do Estágio Supervisionado propriamente dito.

Parágrafo Único – Reserva-se o direito ao Coordenador de Estágio Supervisionado de solicitar qualquer outro documento que seja necessário para complementação deste processo.

Artigo 19º - O aluno será considerado aprovado no Estágio Supervisionado quando cumprido os requisitos dos artigos 15 e 16 e receberá nota igual a 7,0 (sete).

Seção 4

Na UNIVAP TV

Artigo 20º - O estágio deverá ser realizado nas séries e com o mínimo de carga horária conforme estabelecidos no Currículo Pleno do Curso de Jornalismo.

Parágrafo Único - O período mínimo para integralização do estágio supervisionado será de 2 (dois) meses, porém, em caráter excepcional e sob aprovação do Coordenador de Estágio, este período poderá ser diminuído para um mínimo de 30 (trinta) dias.

Artigo 21º - O Estágio Supervisionado só terá validade se, após ter sido definido o seu plano (Formulário do Plano de Estágio), o seu início for aprovado pelo Coordenador do Estágio Supervisionado.

Parágrafo Único - No caso em que ocorra a interrupção do estágio, o seu reinício também terá que ser feito de acordo com este artigo.

Artigo 22º - O total de horas mínimo exigido deve ser integralizado no máximo até o último dia letivo do ano, conforme definido no Calendário Escolar da UNIVAP. No caso de interrupção do estágio deverá ser realizada, para efeito de integralização, a carga horária faltante a qual também deverá ser completada até o último dia letivo conforme definido no Calendário Escolar da UNIVAP.

Artigo 23º - O aluno será avaliado semestralmente, conforme definido no seu plano de estágio, mediante preenchimento e assinatura dos seguintes documentos:

- 1) Termo de Compromisso de Estágio;
- 2) Ficha de Avaliação do Estagiário;

Artigo 24º - O aluno será considerado aprovado no estágio quando cumprida a carga horária em conformidade com o artigo número 7 (sete), documentada através dos registros nas Fichas de Avaliação do Estagiário, obtiver média aritmética geral, igual ou superior a 7,0 (sete).

Capítulo IV

Das Atribuições e Competências

Artigo 25º - São atribuições do Coordenador do Estágio Supervisionado:

1. Analisar e aprovar o Plano de Estágio Supervisionado.

-
2. Aprovar os acordos e assinar o Termo de Compromisso (Formulário II, anexo), para a celebração destes acordos com as organizações interessadas;
 3. Acompanhar o desenvolvimento do estágio do aluno através do recebimento da Ficha de Avaliação do Estagiário (Formulário III, anexo);
 4. Analisar e aprovar a equivalência entre as atividades do Aluno Funcionário ou do Aluno Proprietário com as do Estágio Supervisionado.
 5. Criar e manter um acervo de toda a documentação relativa a cada estagiário e seu respectivo estágio para consulta e posterior comprovação junto aos órgãos fiscalizadores;
 6. Cumprir este regulamento;
 7. Zelar pela qualidade do estágio supervisionado da CECA;
 8. Manter e ampliar os contatos, divulgar e promover o curso de Jornalismo entre as organizações do Vale do Paraíba visando aumentar a oferta de vagas de estágio para os alunos da UNIVAP;

Artigo 26º - São deveres e responsabilidades dos estagiários:

1. Cumprir a carga horária mínima na forma exigida neste Regulamento;
2. Entregar os relatórios, determinados por este regulamento, ao Coordenador de Estágio nos prazos estabelecidos:
 - a) Plano de Estágio: elaborar em conjunto com o supervisor de estágio, preenchendo todos os campos, assinar e colher assinatura do Supervisor do Estágio;
 - b) Contrato: preencher e colher assinatura do responsável pela Empresa Ofertante do estágio.
Caso a empresa não seja cadastrada pelo CIEE, o aluno deverá, junto ao site da universidade, recolher o modelo de contrato a ser preenchido e acordado.
 - c) Ficha de Avaliação do Estagiário: solicitar preenchimento e assinatura ao Supervisor do Estágio.

3. Agir com ética, zelo e responsabilidade no relacionamento com a organização propiciadora do estágio, a fim de preservar o bom relacionamento desta com a UNIVAP e assim contribuir para a manutenção da possibilidade de estágio para futuros alunos;

4. Cumprir este Regulamento, o Regimento Geral da UNIVAP e o Regimento Interno da FCSAC, no que couber.

Artigo 27º - São compromissos requeridos das Empresas Ofertantes de estágio através de seu representante o Supervisor de Estágio:

a) O Supervisor do Estágio deverá ser um profissional, com nível superior completo e tendo habilitação em algumas das áreas da comunicação, pertencente ao quadro de funcionários da empresa ou profissional com experiência comprovada na área.

b) Plano de Estágio: elaborar em conjunto com o aluno-estagiário, preenchendo todos os campos, e assiná-lo;

c) Termo de Compromisso: fornecer os dados e assiná-lo (opcional);

d) Ficha de Avaliação do Estagiário: preencher, atribuir uma nota para o período avaliado e assinar.

CAPÍTULO V

Disposições finais

1. **Artigo 21º** - Os casos omissos neste regulamento serão analisados e decididos pela Diretoria Acadêmica da FCSA.

ANEXO

DECRETO Nº 83.284, DE 13 DE MARÇO DE 1979.

Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando da atribuição que lhe confere o art. 81, Item III, da Constituição,

DECRETA:

Art 1º É livre, em todo território nacional, o exercício da profissão de Jornalista, aos que satisfizerem as condições estabelecidas neste Decreto.

Art 2º A profissão de Jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

I - redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;

II - comentário ou crônica, por meio de quaisquer veículos de comunicação;

III - entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

IV - planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de Jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

V - planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata o item I;

VI - ensino de técnicas de Jornalismo;

VII - coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;

X - execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

XI - execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico, para fins de divulgação.

Art 3º Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste decreto, aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal.

§ 1º Equipara-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias, onde sejam exercidas as atividades previstas no artigo 2º.

§ 2º A entidade pública ou privada não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada a circulação externa está obrigada ao cumprimento deste decreto, relativamente aos jornalistas que contratar.

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, que se fará mediante a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - diploma de curso de nível superior de Jornalismo ou de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11;

IV - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Aos profissionais registrados exclusivamente para o exercício das funções relacionadas nos itens VIII a XI do artigo 2º, é vedado o exercício das funções constantes dos itens I a VII do mesmo artigo.

Art 5º O Ministério do Trabalho concederá, desde que satisfeitas as exigências constantes deste decreto, registro especial ao:

I - colaborador, assim entendido aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor;

II - funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as mencionadas no artigo 2º;

III - provisionado.

Parágrafo único. O registro de que tratam os itens I e II deste artigo não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem, no caso do item II, os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

Art 6º Para o registro especial de colaborador é necessário a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - declaração de empresa jornalística, ou que a ela seja equiparada, informando do seu interesse pelo registro de colaborador do candidato, onde conste a sua especialização, remuneração contratada e pseudônimo, se houver.

Art 7º Para o registro especial de funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as mencionadas no artigo 2º, é necessário a apresentação de ato de nomeação ou contratação para cargo ou emprego com aquelas atribuições, além do cumprimento do que estabelece o artigo 4º.

Art 8º Para o registro especial de provisionado é necessário a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - declaração, fornecida pela empresa jornalística ou que a ela seja equiparada, da qual conste a função a ser exercida e o salário correspondente;

IV - diploma de curso de nível superior ou certificado de ensino de 2º grau fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11.

V - declaração, fornecida pela entidade sindical representativa da categoria profissional, com base territorial abrangendo o município no qual o provisionado irá desempenhar suas funções, de que não há jornalista associado do Sindicato, domiciliado naquela município, disponível para contratação;

VI - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1º A declaração de que trata o item V deverá ser fornecida pelo Sindicato, ao interessado, no prazo de 3 dias úteis.

§ 2º Caso exista profissional domiciliado no município, disponível para contratação, o Sindicato comunicará tal fato ao Ministério do Trabalho, no mesmo prazo de 3 dias, a contar do pedido de fornecimento da declaração de que trata o item V.

§ 3º Caso o Sindicato não forneça a declaração de que trata a item V, no prazo mencionado no §1º, o interessado poderá instruir seu pedido de registro com o protocolo de apresentação do requerimento ao Sindicato.

§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior o Ministério do Trabalho concederá ao Sindicato prazo não superior a 3 dias para se manifestar sobre o fornecimento da declaração, caso não tenha ocorrido o fato constante do § 2º.

§ 5º O registro especial de provisionado terá caráter temporário, com duração máxima de três anos, renovável somente com a apresentação de toda documentação prevista neste artigo.

Art 9º Será efetuado, no Ministério do Trabalho, registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo Jornalista, respondem pelas respectivas publicações, para o que é necessário a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - prova de registro civil ou comercial da empresa jornalística, com o inteiro teor do seu ato constitutivo;

IV - prova de depósito do título da publicação ou da agência de notícias no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio;

V - 30 exemplares do jornal; ou 12 exemplares da revista; ou 30 recortes ou cópias de noticiário, com datas diferentes de sua divulgação.

§ 1º Tratando-se de empresa nova, o Ministério do Trabalho efetuará registro provisório, com validade por 2 anos, tornando-se definitivo após a comprovação constante do item V deste artigo.

§ 2º Não será admitida renovação ou prorrogação do prazo de validade do registro provisório previsto no parágrafo anterior.

Art 10. Será efetuado no Ministério do Trabalho registro especial do diretor de empresa não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada à circulação externa ou interna, para o que se exigirá a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - prova de depósito do título da publicação no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art 11. As funções desempenhadas pelos jornalistas, como empregados, serão assim classificadas:

I - Redator: aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;

II - Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matérias de caráter informativo, desprovidas de apreciações ou comentários, preparando-as ou redigindo-as para divulgação;

III - Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando ou redigindo matéria para divulgação;

IV - Repórter de Setor: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos predeterminados, preparando-as ou redigindo-as para divulgação;

V - Rádio Repórter: aquele a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;

VI - Arquivista-Pesquisador: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

VII - Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;

VIII - Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

IX - Repórter Fotográfico: aquele a quem cabe registrar fotograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

X - Repórter Cinematográfico: aquele a quem cabe registrar cinematograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

XI - Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.

Parágrafo único. Os Sindicatos serão ouvidos sobre o exato enquadramento de cada profissional.

Art 12. Serão privativas de jornalista as funções pertinentes às atividades descritas no artigo 2º, tais como Editor, Secretário, Subsecretário, Chefe de Reportagem e Chefe de Revisão.

Art 13. Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada ainda que pública, respeitadas a proibição de acumular cargos e as demais restrições de lei.

Art 14. Será passível de trancamento o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal, deixar de exercer a profissão por mais de 2 anos.

§ 1º Não incide na cominação deste artigo o afastamento decorrente de:

- a) suspensão ou interrupção do contrato de trabalho;
- b) aposentadoria como jornalista;
- c) viagem ou bolsa de estudo, para aperfeiçoamento profissional;
- d) desemprego, apurado na forma da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro, de 1965.

§ 2º O trancamento será da competência do órgão regional do Ministério do Trabalho, de ofício ou a requerimento da entidade sindical representativa da categoria profissional, cabendo a esta fazer publicar, em órgão oficial, por três vezes consecutivas e dentro de um interstício de dois anos, a relação dos jornalistas cujos registros pretende trancar.

§ 3º Os órgãos do Ministério do Trabalho prestarão aos sindicatos representativos da categoria profissional, as informações que lhes forem solicitadas, especialmente quanto ao registro de admissões e dispensas nas empresas jornalísticas, realizando as inspeções que se tornarem necessárias para a verificação do exercício da profissão de jornalista.

§ 4º O exercício da atividade em empresa não jornalística, mencionada no artigo 3º, § 2º, não constituirá prova suficiente de permanência na profissão se a publicação e seu responsável não tiverem registro nos termos deste decreto.

§ 5º O registro trancado suspende a titularidade e o exercício das prerrogativas profissionais, mas pode ser revalidado mediante apresentação dos documentos mencionados nos itens II e III do artigo 4º.

Art 15. O salário de jornalista não poderá ser ajustado nos contratos individuais de trabalho, para a jornada normal de 5 horas, em base inferior à do salário estipulado, para a respectiva função em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou sentença normativa da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Em negociação ou dissídio coletivo poderão os Sindicatos de Jornalistas reclamar o estabelecimento de critérios de remuneração adicional pela divulgação de trabalho produzido por jornalista em mais de um veículo de comunicação coletiva.

Art 16. A admissão de provisionado, para exercer funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11, será permitida nos municípios onde não exista curso de jornalismo reconhecido na forma da lei e comprovadamente, não haja jornalista domiciliado, associado do sindicato representativo da categoria profissional, disponível para contratação.

Parágrafo único. O provisionado nos termos deste artigo poderá exercer suas atividades somente no município para a qual foi registrado.

Art 17. Os atuais portadores de registro especial de provisionado poderão exercer suas atividades no Estado onde foram contratados.

Art 18. A fiscalização do cumprimento dos dispositivos deste decreto se fará na forma do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo aplicável aos infratores multa variável de 1 a 10 vezes o maior valor de referência fixado de acordo com o artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

Parágrafo único. Aos sindicatos representativos da categoria profissional incumbe representar às autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão de jornalista.

Art 19. Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento.

Art 20. O disposto neste decreto não impede a conclusão dos estágios comprovadamente iniciados antes da vigência da Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, os quais, entretanto, não conferirão, por si só, direito ao registro profissional.

Art 21. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs 65.912, de 19 de dezembro de 1969 e 68.629, de 18 de maio de 1971.

Brasília, em 13 de março de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

ERNESTO GEISEL

Jorge Alberto Jacobus Furtado

###DEC-083284-0-000-13-03-1979@@@RET01+++

DECRETO Nº 83.284, DE 13 DE MARÇO DE 1979.

Dá nova regulamentação ao Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978.

(PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 13 DE MARÇO DE 1979)

RETIFICAÇÃO

- Na página 3.596, 2ª coluna, nas assinaturas,

ONDE SE LÊ:

ERNESTO GEISEL

Jorge Alberto Jacobus Furtado

LEIA- SE:

ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto